

Governo revê o orçamento monetário do 2º semestre

Fernando Martins

Brasília — Para atender às exigências do Fundo Monetário Internacional, a política monetária no segundo semestre terá como pontos de sustentação a geração de superávit fiscal, contenção dos créditos do Banco do Brasil e Banco Central e restrições à injeção de moeda via endividamento público. A estratégia é revelada na revisão do orçamento monetário para 1983, documento que deverá ser aprovado na próxima reunião do Conselho Monetário Nacional.

O documento preliminar — cujas cópias foram entregues aos técnicos do Fundo Monetário Internacional e aos sete economistas dos subcomitês de economia dos bancos credores — prevê um crescimento de 90% da base monetária (emissão primária de papel-moeda) e a expansão de 80% dos meios de pagamento (depósitos à vista nos bancos comerciais e Banco do Brasil e moeda em poder do público). O novo orçamento foi elaborado dentro de uma perspectiva de inflação na faixa de 130% a 140% e afirma que "é possível antecipar que sua execução exigirá esforço excepcional de Governo".

No entender de um técnico que trabalhou no documento a liquidez real (dinheiro que circula na economia), medida pelos meios de pagamento, teria que diminuir 22% na hipótese otimista de uma inflação de 125% ou 27% na hipótese de uma inflação de 140%.

Banco do Brasil

A revisão da programação de recursos e aplicações das autoridades monetárias estabeleceu uma meta de crescimento para os empréstimos do Banco do Brasil em 90%, contra os 60% programados no início do ano. Na estimativa realizada, segundo a revisão do orçamento monetário, levou-se em consideração, principalmente, os aspectos relativos à retirada dos subsídios à agricultura e a expectativa da inflação para o ano.

No caso do custeio agrícola considerou-se a estimativa de queda de 3% na área a ser plantada e um crescimento médio de 135% nos Valores Básicos de Custeio para a região Centro-Sul. Na programação orçamentária do Banco do Brasil para 1983, as contas prioritárias terão um crescimento de 111,7%.

Isso quer dizer que os créditos para estimular operações ligadas à exportação terão um aumento de 141,82%, o que revela a intenção do Governo de

manter os mesmos níveis do ano anterior no apoio às exportações. Já os recursos para o custeio agrícola terão um aumento de 85,66%. Como os Valores Básicos de Custeio tiveram um aumento médio de 135%, deduz-se que ou faltarão recursos ao Banco do Brasil para atender os pedidos de VBC, ou as autoridades estão esperando uma forte redução na área plantada.

As operações de comando próprio do Banco do Brasil — apenas 14% do fluxo de empréstimos, com base em recursos próprios que abrangem a assistência aos setores comercial e industrial, com destaque para as pequenas e médias empresas e para o setor exportador (principalmente operações de adiantamentos de contrato de câmbio) — sofrerão, contudo, violento processo de contenção.

Segundo as previsões do orçamento monetário, as contas de **comando próprio** terão um crescimento de 70% em relação ao ano passado, o que, em termos reais, revela uma perda de recursos. A revisão do orçamento monetário chama atenção para o fato de que a grande perda de substância dessas contas, ao longo dos anos, traduz-se numa falta de flexibilidade para realizar, no conjunto de contas, "compensações" de desvios ocorridos em outros itens de empréstimos.

As contas prioritárias deverão gastar este ano cerca de Cr\$ 4 trilhões 686 bilhões; as contas de comando próprio, Cr\$ 1 trilhão 105 bilhões e as demais contas, Cr\$ 1 trilhão 205 bilhões. O total de empréstimos do Banco do Brasil, no final de 1983, deverá somar Cr\$ 6 trilhões 732 bilhões, 90% acima dos Cr\$ 3 trilhões 543 bilhões ocorridos em 1982.

O excesso do crédito líquido interno computado pelos técnicos do Fundo Monetário Internacional para o primeiro trimestre deste ano foi de Cr\$ 477 bilhões, segundo documento elaborado pelo Banco Central. Esse resultado, de acordo com técnicos que participaram da elaboração do documento, não pode ser considerado como medida de desvio na execução da política monetária, "pois se essa variável tivesse-se expandido em Cr\$ 477 bilhões abaixo do ocorrido, a base monetária teria sofrido queda de 14,1% no trimestre e a taxa de expansão em 12 meses teria-se reduzido de 86% em dezembro para 48% em março, o que seria incompatível com o tipo de restrição monetária embutido no programa", esclarece o documento.